

IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA: O CASO DE CABO VERDE*

Euclides Jorge Varela da Silva*

Resumo:

Este artigo é resultado de pesquisas realizadas no âmbito do trabalho de fim de curso e de iniciação científica realizado na Universidade federal de Rio Grande Sul. Com o mesmo, propõe-se incidir sobre o papel do Arquivo Histórico Nacional (AHN) no desenvolvimento da pesquisa histórica no país. Para isso, baseou-se essencialmente na análise bibliográfica e análise das publicações do AHN afim de comparar diferentes abordagens e o que já foi feito em matéria de divulgação dos seus acervos. Consta-se que em Cabo Verde já foram dados passos importantes para a promoção da pesquisa histórica no país, todavia, existem alguns constrangimentos por solucionar que são carências de documentação anterior ao século XIX no AHN e a inexistência de Arquivos Municipais.

Palavras-chave: Arquivo. Investigação Histórica. Arquivo Histórico Nacional.

1. Evolução Histórica dos Arquivos

Etimologicamente falando, o termo arquivo vem do latim *archivum*, que significa lugar onde se guardavam os documentos e do grego *arkeíon*, que segundo a enciclopédia miradouro internacional significa “*lugar onde se guardam os arquivos*”^[1]. Todavia, nos últimos anos surgiram vários estudos, legislações internacionais sobre os arquivos e cada um apresenta uma concepção de arquivo. Assim, a Enciclopédia Miradouro Internacional define o Arquivo da seguinte forma: “*constituem os arquivos os documentos produzidos, recebidos e acumulados no decurso das actividades de uma entidade pública ou privada, utilizados inicialmente como instrumento de trabalho, em função da actividade de que decorrem, e posteriormente conservados, de modo orgânico, como prova e evidência do passado, para fins de direito dessa entidade ou de terceiros, ou ainda para fins culturais e informativos*”^[2].

Os primeiros arquivos surgiram com o aparecimento da escrita e evoluíram juntamente com as civilizações até os nossos dias. Os gregos tinham os seus arquivos instalados na sede da magistratura. Já com os romanos iremos notar alguns ganhos na organização e gestão dos arquivos a ponto de alguns ainda serem válidos nos dias de hoje. Na Idade Média, porém, iremos assistir um abrandamento no desenvolvimento dos arquivos e o arquivo público era quase inexistente, existindo predominantemente os de

* Comunicação apresentada no Seminário de Iniciação Científica na Universidade de Cabo Verde em Janeiro de 2010.

* Licenciado em História Ramo Património pela Universidade de Cabo Verde

carácter privado, contudo, o arquivo retoma o seu desenvolvimento no renascimento. Foi nessa altura que foram edificados os emblemáticos arquivos estaduais de Génova, Áustria, Florença e Parma. Foi a partir desta altura que os intelectuais passaram a utilizar os arquivos como fonte histórica. Mas é com o iluminismo que vai haver uma democratização do acesso aos arquivos em França e depois se expandiu para o resto do mundo. O iluminismo também trouxe outros contributos no que diz respeito a organização e gestão dos arquivos que foi se aperfeiçoando ao longo do séc. XX com o surgimento de outras instituições ligados ao Arquivo, nomeadamente o Conselho Internacional dos Arquivos e a UNESCO.

2. Arquivos e Investigação

É nosso entender que o adequado conhecimento da história de um povo requer a busca de apoios em documentação (originais ou cópias credíveis) que nos habilite a formar um juízo seguro da evolução do seu processo histórico. Tendo em atenção a crucial importância dos arquivos como fonte de referência importante para os investigadores e o público em geral.

Se é verdade que as tradições orais constituem matéria nobre sem a qual torna-se difícil reconstituir o passado histórico de um povo, não é menos verdade que o material existente nos arquivos é sobremaneira fundamental. Daí o nosso interesse em trazer aqui o exemplo do AHN, cujo acervo documental, quanto a nós, constitui fonte inquestionável para pesquisas históricas.

Na viragem do século XX, a problemática da reconstrução da história de Cabo Verde e da sua historiografia tem merecido um tratamento preferencial no âmbito da divulgação e promoção da identidade nacional. Todavia, para que possamos reconstituir e reassumir a nossa História, teremos que começar pela preservação dos valores patrimoniais que encerram a memória Histórica do nosso povo através dos séculos. É ponto assente que a construção da identidade passa pelo conhecimento da História. Aliás, o desenvolvimento de qualquer país, sobretudo para um país em construção como o nosso, depende em grande parte da compreensão do seu passado. Como é sabido, só conhecendo o passado e a vida dos homens que o construíram, poderemos planear o presente e perspectivar o futuro.

Neste sentido entendemos que o AHN, enquanto instituição cultural de memória colectiva apostada em preservar e divulgar o património documental, tem um papel importante à desempenhar.

Não é novidade para ninguém, particularmente para quem estuda História que ela não se inventa, e que ela faz-se a partir de documentos, ou seja, a partir de fontes históricas que são testemunhos da vida do homem nas mais diversas épocas. Com efeito, e citando Henry Marrou, “*o historiador não constrói a história, redescoberta*”[3]. Efectivamente, são as fontes escritas que fornecem ao historiador uma variedade de informações que lhe permitem autenticar a sua teoria e com ela empreender a História. Assim, temos que a documentação é a base natural e indispensável para urdir cientificamente o trama da História. É, portanto, fundamental que saibamos munir-nos dela de maneira à uma melhor compreensão do passado, que urge divulgação para as gerações vindouras.

Partindo do pressuposto de que o património arquivístico constitui um legado do homem ao longo do seu percurso histórico há, necessariamente, que reforçar o parque das instituições vocacionadas para os conservarem e sobretudo divulgá-los. Neste sentido, o Arquivo, deve ser entendido não como depósito empoeirado, de «coisas velhas», mas sim como lugar de memória destinado à salvaguarda de documentos que possui um carácter valorativo, é chamado a desempenhar um papel fulcral, quer do ponto de vista da salvaguarda do património arquivístico, quer da promoção do desenvolvimento de pesquisas históricas.

Temos, pois, que a contribuição dos documentos depositados nos arquivos, para o relato histórico é inegável. A este propósito afirma Lucien Lefebvre: “*Não há notícias históricas sem documentação (...) pois se dos factos históricos não foram registados, documentados, gravados ou escritos, aqueles factos perdem-se*”[4].

Convém, no entanto, assinalar que a função primordial dos arquivos na sua fase permanente não deve ser apenas de guardiões do património documental. Ao lado desta, o arquivo tem uma outra função, não menos importante: a informação enquanto prova e/ou testemunho revelada como o sentido da sua própria existência. É muito importante que o arquivo coloque o seu espólio à disposição dos utentes, de forma a ser visto como um autêntico laboratório da história. É que “*o binómio Arquivo/ informação, reflecte as relações de interdependência entre uma instituição e as suas funções culturais, bem como posiciona esta instituição no centro da sociedade em que vivemos, a qual é caracterizada por muitos como «sociedade de informação», na qual as instituições que*

se debruçam sobre o tratamento, conservação e difusão dessa matéria-prima tão abundante ocupam papel crucial no que respeita ao desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico”[5].

Um outro aspecto que nos parece pertinente assinalar é o seguinte: guardar documentos não é difícil, porém, guardar com critério e inteligência deverá ser o propósito nos arquivos. Isto quer dizer que existem normas criteriosas de recolha, selecção e classificação que fazem com que o arquivo seja, de facto, um lugar de memória, esta entendida como elemento essencial do que se pode designar identidade e cuja busca é uma das actividades fundamentais de qualquer nação. Sem uma criteriosa divulgação de documentos que interessam ao conhecimento da vida dos povos, arrisca-se a cometer falhas, omissões e erros de interpretação dos eventos ocorridos em cada momento histórico.

A operacionalidade dos arquivos em fornecer aos investigadores informações básicas para o exercício do fazer história tem, assim, uma importância que não pode de forma alguma ser ignorada. É o que nos elucida Miriam Haphern Pereira, ao afirmar que *“a estruturação dos arquivos só tem sentido em função da investigação histórica”*[6]. Ainda a este propósito, Maria Beatriz Marques diz que *“o arquivo e mais especificamente o arquivista têm de ser forçosamente três coisas: técnico, investigador e animador cultural, não se limitando pois ao papel de mero recolector de documentação”*[7]. De maneira que, a relação entre o processo de organização e descrição dos documentos pelos arquivistas e a acção interpretativa do historiador concernente aos documentos, parece-nos uma constatação óbvia. Assim como a História tem a necessidade de dialogar com outras ciências, nomeadamente com a linguística, economia, arqueologia, etc., também ela precisa de estar interligada, de uma forma muito particular, com a arquivística, já que esta última tem como objecto a matéria-prima fundamental para o historiador: os documentos organicamente acumulado ou seja, os arquivos. É uma interacção que se mostra proveitosa as duas as ciências, na medida em que fornece as bases necessárias para o correcto processamento técnico da documentação e encurta caminhos entre o pesquisador e as suas fontes[8].

É, pois, de afirmar que o desenvolvimento das pesquisas históricas está em relação directa com a política arquivística. Da existência ou não de arquivos, da sua boa organização e acessibilidade ao público dependerá o progresso do conhecimento histórico.

Posto isso, passamos a apresentar alguns exemplos práticos daquilo que vem sendo feito no AHN.

1. O Caso de Cabo Verde

Os mais antigos arquivos de Cabo Verde colonial datam de meados do século XV. No entanto, na década de 60 do século passado, toda a produção arquivística do período compreendido entre os séculos XV e XIX e mesmo parte do século XX foi transferido para Portugal por força da legislação emanada do antigo Ministério do Ultramar^[9]. Não é, pois, de estranhar que grande parte da documentação referente aos primeiros séculos da história de Cabo Verde estará ainda em bibliotecas e arquivos estrangeiros, nomeadamente:

- Arquivo Ultramarino (Portugal) onde, por razões óbvias, alberga-se documentos do antigo império português;
- Arquivo Histórico da Torre do Tombo, também em Portugal;
- Arquivos de Simancas (Espanha), com documentação referente sobretudo ao período filipino;
- Arquivo do Vaticano (Itália)
- Arquivo Nacional de França, etc.

Apesar disso, uma grande parte dos documentos produzidos durante o período colonial encontra-se espalhada pelas diferentes ilhas do arquipélago.

Sendo o AHN a instituição encarregue, no país, da salvaguarda, tratamento, classificação e estudo de toda a documentação de natureza histórica, achou-se necessário desenvolver outras actividades no sentido de pôr à disposição do público tudo o que simboliza épocas vividas pelos nossos antepassados. Neste sentido, conta a referida instituição no seu estatuto orgânico com um Departamento denominado Museu de Documentos Especiais, relacionados com a filatelia, numismática, notafilia, medalhística, cartografia, e a iconografia com interesses para Cabo Verde. Consciente, ainda, do grande significado que as imagens fotográficas têm para as pesquisas históricas, este instituto tem vindo a dar passos no sentido de iniciar a organização do seu arquivo fotográfico, no seio de Museu de Documentos Especiais, a fim de poder responder as inúmeras solicitações para pesquisas neste domínio, dado o grande valor

que tem para a compreensão de muitos elementos da nossa cultura. Deste modo o AHN é o repositório não só de fontes escritas, como também caminhará para uma maior diversidade de suporte de informação.

Para facilitar a pesquisa dos seus utentes, o AHN desde a sua criação (1988) vem organizando uma série de instrumentos de descrição que já se encontra disponível nas salas de leitura, nomeadamente:

- Repertório Numérico Simples dos livros de registos (manuscritos) da Secretaria Geral do Governo (1674 – 1948), ocupando 37 metros lineares;
- Repertório Numérico Simples dos livros de registos (manuscritos) da Repartição Provincial dos Serviços da Administração Civil (1918 - 1975), que totalizam 11 metros lineares;
- Repertório Numérico Simples dos livros de registos (manuscritos) da Administração do Concelho da Praia (1848 - 1975), preenchendo 11 metros lineares;
- Repertório Numérico Simples dos livros de registos (manuscrito) da Câmara Municipal da Praia (1812 – 1977), que preenchem 13 metros lineares;
- Repertório Numérico Simples (papéis avulsos) da Secretaria Geral do Governo (1803 – 1926), que perfazem 113 metros lineares. Este é o maior fundo do Arquivo Histórico Nacional, pois reúne para além dos documentos referentes a Cabo Verde, documentos respeitantes aos governadores subalternos de Cacheu e Bolama (territórios pertencentes a actual Guiné Bissau) que outrora dependiam do Governador-geral sediado em Cabo Verde. Este instrumento de pesquisa foi publicado em Maio de 1994.
- Repertório Numérico Simples (papéis avulso) da Administração do Concelho da Praia (1868 – 1975), que totalizam 17 metros e se encontram acondicionados em 114 caixas. Foi publicado em Julho de 1998;
- Repertório Numérico Simples do Instituto de Trabalho, Providência e Acção Social (1878 – 1975). Este instrumento de descrição revelou uma variedade de documentos referentes ao trabalho forçado em Cabo Verde, o qual, foi publicado em Maio de 2004;
- Repertório Numérico Simples (papeis Avulso) da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (1907 – 1979), ocupando 70 metros lineares e

acondicionado em 557 caixa de arquivo, tendo sido publicados em Julho de 2004.

- Catálogo de publicações periódicas, volume II (1924 – 1986), publicado em Junho de 2004;

Ainda o AHN conta com outros fundos organizados e tratados que, infelizmente, ainda, não foram publicados os respectivos instrumentos de descrição, tais como:

- Papéis avulso do Ministério das obras públicas (até 1990), totalizando 255 metros lineares;
- Papéis avulsos e livros de registos manuscritos do Cartório da Praia (1825 – 1976);
- Livro de registos da Repartição Provincial dos Serviços das Alfândegas;
- Tribunal regional de Ribeira Grande de Santo Antão, que totaliza cerca de 148 metros lineares;
- Tribunal da Praia (até 1956), totalizando 315,50 metros lineares;
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1975 – 1990), totalizando 224 metros lineares.

Uma vez que essa instituição está sempre a receber novos documentos, torna-se óbvio que nem todos os fundos se encontram devidamente tratados. Sendo assim, existem alguns fundos por organizar e outros em fase de organização. Assim, tem por organizar os seguintes fundos:

- Câmaras Municipais dos diversos concelhos;
- Alfândegas dos diversos conselhos;
- Repartição das Finanças de diversos concelhos, nomeadamente, Praia, Paúl, Porto Novo, Ribeira Grande de Santo Antão, Brava, Fogo, Maio e Boavista;
- Tribunal do Paúl;
- Documentos do Ministério da Cultura, a partir de 1975;

Em fase de organização existem também:

- Livros de Registos e papéis avulsos da Repartição Provincial dos Serviços de Finanças da Praia;

- Câmara Municipal do Fogo;
- Câmara Municipal de São Nicolau;
- Câmara Municipal da Praia;
- Gabinete do Primeiro Ministro (até 1990).

Sabe-se, no entanto que todos os documentos que se encontram guardados no AHN foram produzidos pela administração pública cabo-verdiana, antes e depois da independência nacional. Ainda falta documentos importantes para a construção da história do país, como por exemplo os arquivos dos privados.

Para finalizar, diríamos que a existência relativamente recente do AHN limita, naturalmente, o volume e a variedade da documentação disponível ao público. Todavia, os fundos já tratados, disponíveis para a consulta pública, constituem um acervo importante para pesquisas. Há, entretanto, lapsos importantes ainda por preencher, nomeadamente, no que concerne aos períodos cuja documentação não cobre. O AHN possui documentos posteriores ao século XVIII, o que quer dizer que o investigador que quiser pesquisar os séculos XV a XVIII terá de recorrer-se, obrigatoriamente, aos arquivos estrangeiros, já mencionados, o que nem sempre é fácil, tendo em conta as dificuldades próprias de um país como o nosso.

Notas.

- [1] AAVV, **Enciclopédia Miradouro Internacional**. vol. III São Paulo / Rio de Janeiro. Enciclopédia Britânica do Brasil. 1976. p.827.
- [2] AAVV, **Enciclopédia Miradouro Internacional**, *Op. cit.* pp. 827-828.
- [3] MARROU, Henry. **Do conhecimento histórico**. Lisboa. Rei os Livros. 1979, p.61.
- [4] LEFEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa. Editorial Presença 1977, p.226.
- [5] MARQUES, Maria Beatriz. *Arquivo e informação: vectores de informação*. in: **Africana**. Número especial. Porto. Universidade Portucalense / Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 1993 p.13.
- [6] PEREIRA, Miriam Halphern, *Arquivo e historiografia in: colóquio sobre as fontes da história contemporânea portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1988, p. 7.
- [7] MARQUES, Maria Beatriz. *Op. Cit.* . p. 17.

[8] TESSITORE, Viviane, *História administrativa: a «chave» para os arquivos públicos*. in: *Arquivo e História*. n.º 2, Rio de Janeiro, 1996, p.33.

[9] cf. Boletim Oficial decreto-lei n.º 47:743, de Junho de 1966.

Referencias Bibliográficas

AAVV, **Enciclopédia Miradouro Internacional**. vol. III São Paulo / Rio de Janeiro. Enciclopédia Britânica do Brasil. 1976.

Boletim Oficial decreto-lei n.º 47:743, de Junho de 1966.

MARQUES, Maria Beatriz. *Arquivo e informação: vectores de informação*. in: **Africana**. Número especial. Porto. Universidade Portucalense / Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 1993.

MARROU, Henry. **Do conhecimento histórico**. Lisboa. Rei os Livros. 1979.

LEFEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa. Editorial Presença 1977.

PEREIRA, Miriam Halphern. *Arquivo e historiografia in: colóquio sobre as fontes da história contemporânea portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1988.

SILVA, Euclides Jorge Varela da. **O património arquivístico cabo-verdiano: estado actual da questão**. Trabalho de Fim de Curso debatido e aprovado na Universidade de Cabo Verde. Praia, 2009.

SILVA, Euclides Jorge Varela da. **Património cultural e identidade: preservação da memória de comunidade e de acervos para pesquisa**. Pesquisas realizadas no âmbito de iniciação científica e apresentada no I congresso de iniciação científica na Universidade de Cabo Verde. Praia, 2009.

TESSITORE, Viviane, *História administrativa: a «chave» para os arquivos públicos*. in: *Arquivo e História*. n.º 2, Rio de Janeiro, 1996.